

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2011

Altera o art. 20 da Lei n 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, entre as hipóteses para movimentação da conta vinculada do trabalhador, o financiamento de encargos relativos a cursos profissionalizantes, de capacitação ou de especialização.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art.1º O art.20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XVIII:

"Art.20.....
.....

XVIII — pagamento de encargos relativos a cursos profissionalizantes, de capacitação ou de especialização, desde que:

- a) o trabalhador conte com o mínimo de quatro anos de trabalho sob o regime do FGTS;
- b) o valor bloqueado seja utilizado, no máximo, durante cinco anos e não ultrapasse oitenta por cento dos encargos educacionais;
- d) a instituição de ensino seja reconhecida por órgão competente do Poder Executivo Federal;
- e) o trabalhador não receba bolsa de estudo ou outra forma de subsídio concedida pela instituição organizadora do curso ou outra instituição.

.....

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei ora proposto permite a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de curso profissionalizante, de capacitação ou de especialização, especialmente para o trabalhador de baixa renda, desde que respeitadas algumas exigências destinadas a racionalizar tal utilização.

Capacitar é tornar o trabalhador habilitado para o desempenho de uma função, é qualificá-lo para determinado trabalho. O presente projeto de lei se justifica pela importância da capacitação para a formação e aprimoramento do trabalhador, especialmente neste mundo globalizado, em que as chances de desemprego aumentam sobremaneira quando não se tem formação aprimorada.

A importância da capacitação profissional para a vida das pessoas encontra-se na possibilidade de acesso às oportunidades de trabalho que, por sua vez, têm suas características modificadas a cada dia. A capacitação não apenas oferece condições para o exercício de determinadas profissões como também objetiva preparar o cidadão para o mundo do trabalho, oferecendo a oportunidade de uma melhor adaptação ao mercado competitivo, uma vez que a pessoa deverá estar pronta, com hábitos e atitudes condizentes às exigências desse mercado.

A oferta de cursos que oferecem maior capacitação ao trabalhador tem sido insuficiente para atender às demandas do mercado, cada vez mais exigente de profissionais preparados. A proposição ora sugerida visa minorar tal situação ao permitir que os recursos depositados nas contas vinculadas dos trabalhadores, que constituem seus patrimônios individuais, sejam sacados para fazer face à melhoria de sua qualificação, criando maiores possibilidades de resguardar e melhorar a renda das famílias.

Não se pode desconsiderar, todavia, a necessidade de garantir a capitalização do Fundo de Garantia, impedindo o retomo à situação pretérita a 1990, quando as hipóteses de movimentação da conta vinculada eram tantas que inviabilizavam a formação de patrimônios individuais. Isso, porque a existência de tais patrimônios é fundamental tanto sob o aspecto individual quanto social.

No primeiro caso, porque cumpre a função básica de proteger o trabalhador em situações de desemprego involuntário, aposentadoria, morte, idade avançada (igual ou superior a 70 anos) e doença grave. No segundo, porque os recursos acumulados são objeto de aplicações sociais em habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura básica, viabilizando, inclusive, a aquisição da moradia do próprio trabalhador.

Nesse contexto, é imprescindível conciliar a permissão de saques para custeio da capacitação do trabalhador com a preservação do patrimônio do fundo. Essa é a razão primordial dos condicionantes estabelecidos para que se faça uso dos recursos para custeio de encargos educacionais.

Os requisitos fundamentais são que o trabalhador não receba bolsa de estudo ou outra forma de subsídio concedida pela instituição organizadora ou outra instituição, bem como que o trabalhador conte com o mínimo de quatro anos de trabalho sob o regime do FGTS, e que o custeio pelo FGTS não ultrapasse oitenta por cento dos encargos educacionais. Para garantir a dedicação do trabalhador e a qualidade do aprendizado, estipula-se que o valor bloqueado seja utilizado, no máximo, durante cinco anos e que a instituição que ofereça o curso pretendido seja reconhecida por órgão competente do Poder Executivo Federal.

São esses os argumentos centrais que consubstanciam o projeto de lei ora proposto e que deixam claro seu amplo alcance social.

Sala das Sessões,

Senador EPITÁCIO CAFETEIRA